

Sarney veta Cz\$ 22,5 tri do orçamento

Minas Gerais

O presidente José Sarney sancionou ontem a lei que fixa o Orçamento Geral da União para este ano e encaminhou ao presidente do Senado Federal, Humberto Lucena (PMDB-PB), mensagem sobre os vetos de Cz\$ 22,5 trilhões das despesas do Governo Federal contidas no projeto do Congresso Nacional. O secretário de Orçamento e Finanças do Planejamento, José Ribas Neto, afirmou que os Cz\$ 22,5 trilhões, que representam 23% do valor global do orçamento, permanecerão como recursos disponíveis da União, até que o Congresso Nacional aprove as mensagens que Sarney encaminhará com os pedidos de créditos especiais.

Ao sancionar a lei orçamentária, o presidente Sarney manteve em Cz\$ 105,75 trilhões a estimativa de receitas e despesas equilibradas do Tesouro Nacional, incluída a administração indireta da União. Sarney vetou todo o orçamento das operações oficiais de crédito para este ano, embora esteja mantida a previsão de receita de Cz\$ 13,99 trilhões.

Até que o Congresso aprove nova mensagem de créditos especiais, estão suspensos Cz\$ 12,71 trilhões de financiamentos do Governo Federal. Também estão vetados os dispêndios da União de Cz\$ 6,3 trilhões com a rolagem de todas as dívidas de empresas estatais, Estados e municípios que tenham o

aval da União. Segundo Ribas Neto, o Executivo encaminhará, na próxima semana, mensagem ao Congresso para manter a proposta do Legislativo de rolagem da dívida de estatais, Estados e municípios, porém, com outras fontes de receita para a cobertura dos desembolsos do Tesouro Nacional.

Irregularidade

Os vetos presidenciais atingiram também 118 projetos, no total de Cz\$ 3,2 trilhões, que significaram criação de despesas líquidas, em clara violação da Constituição pelo Congresso Nacional, na interpretação do Executivo. O técnico da Seplan explicou que esses 118 projetos tiveram recursos alocados por sistemática irregular que ampliou as receitas do orçamento das operações oficiais de crédito, quando deveriam decorrer de corte de outras despesas.

O último voto atingiu conjunto de 31 projetos, no montante de Cz\$ 493 bilhões, financiados por recursos do programa de saneamento financeiro da Siderbrás. Sarney recusou a proposta do Legislativo de repor o caixa da Siderbrás com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, ao ressaltar que a legislação impede a aplicação de dinheiro do FND em empresas que "não apresentem condições adequadas de retorno", a exemplo da holding do setor siderúrgico.

Para o corte de Cz\$ 22,5 tri-

lhões de despesas propostas pelo Congresso Nacional, Sarney vetou os seguintes dispositivos do projeto de lei do Legislativo: parágrafo único do artigo 3º; incisos VII e IX e parágrafo único do artigo 4º; artigo 5º e seus parágrafos, e artigos 7º e 8º. "De início, convém ressaltar que os critérios que nortearam os vetos foram a necessidade de zelar pelo estrito cumprimento das disposições da Constituição Federal e de preservar os esforços dispendidos no sentido da contenção do processo inflacionário, através de uma rigorosa política de redução dos gastos e, consequentemente, do endividamento público" — registrou nota à imprensa da Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

O secretário de Orçamento e Finanças do Planejamento, José Ribas Neto, esclareceu que o parágrafo único do artigo 3º foi vetado por dar competência inconstitucional ao Congresso para autorizar o Banco Central a financiar o Tesouro Nacional. Apesar do voto dos artigos 7º e 8º do projeto de lei do Congresso, Ribas Neto reiterou o compromisso do Executivo de prestar contas, até mensalmente, sobre a execução do orçamento da União, ao longo deste ano. O técnico da Secretaria de Orçamento e Finanças observou que a prestação de contas já é exigência da Constituição.